

Hannah Arendt e o sentido político da categoria da natalidade

RESUMO

Para Hannah Arendt, a natalidade é uma categoria de significado político inerente à condição humana. Devido à categoria da natalidade, somos possuidores da capacidade de poder começar algo espontaneamente. O sentido dado por Arendt à palavra ação, consequentemente, encontra-se radicado ontologicamente na natalidade. A ação política é concebida como um novo nascimento. Nascemos quando agimos em conjunto, ou seja, a ação conjunta é um tipo de nascimento político. Arendt lança mão da filosofia de Agostinho com o objetivo de reinterpretar a sua visão de natalidade. O recurso adotado por Arendt em relação à concepção agostiniana de natalidade caminha no sentido de transpor essa categoria para o campo da filosofia política.

Palavras-chave: Natalidade; Ação; Política.

ABSTRACT

For Hannah Arendt, the natality is a category of political significance inherent in the human condition. Due to the category of natality, we possess the ability to be able to get something spontaneously. The direction given by Arendt action to the word, therefore is ontologically rooted in the natality. Political action is conceived as a new birth. We were born when we act together, ie, joint action is a kind of political birth. Arendt makes use of Augustine's philosophy in order to reinterpret their view of natality. The action adopted by Arendt in relation to the Augustinian conception natality walks to transpose this category for the field of political philosophy.

Key words: Natality; Action; Political.

* Doutor em Filosofia pela UFMG e professor da UFSJ – Universidade Federal de São João del-Rei.

Considerações Iniciais

Hannah Arendt, filósofa alemã e naturalizada norte-americana, é autora de uma série de abordagens que dizem respeito às graves consequências trazidas pela experiência do totalitarismo de vertentes nazista e stalinista. O seu trabalho também consiste em um conjunto de reflexões sobre a capacidade humana de começar algo espontaneamente. No bojo dessas questões, consideramos relevante desenvolvermos algumas análises a partir do tema do sentido político da categoria da natalidade.

Nossa tarefa, nas linhas que se seguem, procura demonstrar como a natalidade é uma categoria¹ potencialmente política, bem como o significado dado por Arendt à palavra ação, que, conseqüentemente, encontra-se radicada ontologicamente na natalidade e, em seguida, a reinterpretção que ela faz da concepção agostiniana da natalidade.

Natalidade como categoria política

Para Hannah Arendt, devido à categoria da natalidade, somos possuidores da capacidade de poder começar algo espontaneamente. "A liberdade de espontaneidade é parte inseparável da condição humana." (ARENDDT, 1978, p. 110). A autora teria introduzido uma nova categoria na teoria filosófica que trata do homem ao dizer que a natalidade é, diferentemente da mortalidade, sem dúvida, a categoria central² do seu pensamento político (ARENDDT, 1958, p. 9). Imortalidade, para ela, significa a permanência no tempo (Idem, p. 18). Diante disso, a investigação arendtiana visa, antes

de tudo, a voltar-se para os fundamentos do significado político da natalidade. À esse respeito, afirma:

Os homens são equipados para a tarefa fundamentalmente lógica de construir um novo começo por serem, eles próprios, novos começos e, portanto, inovadores, e de que a própria capacidade de iniciação está contida na natalidade, no fato de que os seres humanos aparecem no mundo em virtude do nascimento. (ARENDDT, 1990, p. 169).

Arendt não apresenta uma abordagem da natalidade na ordem dos aspectos biológicos, restritos somente ao ato de vir ao mundo, então compreendido como planeta Terra. Em outros termos, Arendt, no momento em que trata da categoria da natalidade como condição de possibilidade política, não se apoia naquilo que a caracteriza como uma questão meramente natural. Assim, a autora se desvia de uma interpretação meramente biológica da concepção de natalidade, tomando um caminho que aponta para um conjunto de investigações voltadas para análises que são típicas do campo político. Nesse caso, o ser humano é um início, um começo, ou seja, ele mesmo é uma novidade, e por isso pode agir e iniciar algo no mundo junto com os demais. Em termos arendtianos, a faculdade de agir se radica ontologicamente no fato de um dia termos nascidos (ARENDDT, 1958, p. 247). Nesse sentido, a natalidade deixa de ser uma categoria meramente natural porque passa a ter implicação política a partir do momento em que o homem se insere no mundo. Quando dizemos que o homem é potencialmente político, não é o mesmo que afirmar que ele é um *zoon politikon* no sen-

¹ Optamos por utilizar o termo categoria da natalidade embora muitos comentadores de Arendt utilizem a expressão conceito de natalidade. Considerando que o conceito é algo que processa a descrição de um objeto, preferimos o termo categoria por ele ser uma noção que serve como regra para a investigação. A Filosofia de Arendt possui um caráter investigativo. Por essa razão, o termo categoria se adequa melhor aos anseios arendtianos.

² Miquel Abensour (2006) salienta que "la nouveauté du geste philosophique d'Arendt, tient à l'affirmation que la natalité entretient en priorité un rapport fondamental à la politique, mieux, que la natalité est ni plus ni moins la condition de possibilité de la politique, de l'action politique. Autant la condition de mortalité et la valorisation philosophique de la mort éloignent les hommes de leur condition politique, autant la condition de natalité les en rapproche. Nous sommes des êtres politiques en tant qu'êtres natifs. (p. 128-129).

tido aristotélico do termo.³ Arendt discorda da concepção aristotélica de que o homem é um animal político. Ela refuta a concepção aristotélica de que o homem, ao nascer, é lançado naturalmente para a vida em comunidade. O ser humano pode nascer e não viver em comunidade. O homem não nasce político, mas em condição de possibilidade política.

Miquel Abensour (2006, p. 128-129) comenta que a condição da natalidade presente no homem é a manifestação de sua natureza originária e possui como tarefa abrir-se a uma infinidade de possibilidades suscetíveis de fazer surgir o novo no mundo. Na sua compreensão da condição humana, a dimensão do nascimento afirma a sua qualidade originária, inicial e ontológica.

É na inserção no mundo e no contato com as diferenças que o segundo nascimento acontece. “A política trata da convivência entre diferentes.” (ARENDR, 1998, p. 21). Arendt acredita na singularidade de todo homem que nasce. A singularidade do homem se evidencia em função das singularidades dos outros seres. O homem é um ser singular entre os seres viventes que habitam o planeta, porque a sua pluralidade é paradoxal quando é posta em relação a outros seres com as singularidades que lhes são próprias. O que torna evidente essa distinção que faz do homem um ser singular em relação aos outros seres e a outros homens é a existência dos elementos do discurso e da ação (ARENDR, 1958, p. 189). O homem lida com as diferenças na teia das relações que ele estabelece no mundo no qual se insere. As diferenças entre os homens são

também inerentes à nossa condição de animais humanos. Para o antropólogo François Laplantine (2006, p. 22), aquilo que os seres humanos têm *em comum* é a capacidade que eles possuem para se *diferenciar* uns dos outros. Essa capacidade é demonstrada na elaboração dos costumes, no uso das línguas, nos modos de conhecimento, na criação de instituições e nos jogos profundamente diversos.

Ter a capacidade de lidar com as diferenças inerentes à condição do homem na Terra é demonstrar o quanto o homem é potencialmente político, porque “a política surge no *entre-os-homens*.” (ARENDR, 1998, p. 23). Ela “surge no *intraespaço* e se estabelece como *relação*” (Ibidem). Se o homem é capaz de se relacionar com o diferente numa relação *inter homines esse*, sua potencialidade política está provada.

Francisco Ortega (2003, p. 28) se refere à noção arendtiana de *natalidade*, isto é, ao nascimento, comentando que essa noção constitui-se como o pressuposto ontológico da existência do agir, que só é possível de se realizar se sairmos da esfera da segurança e nos confrontarmos com o novo, o aberto, o contingente. Pressupõe também que aceitamos o encontro e o convívio com novos indivíduos. Esse pressuposto ontológico se traduz no desafio do outro, do estranho e do desconhecido. Esse abrir para o outro é sem medo e sem desconfiança. Ele se apresenta como uma forma de sacudir formas fixas de sociabilidade, de viver no presente e de re-descrever nossa subjetividade, bem como de recriar o *amor mundi* e de reinventar a amizade.⁴ Nesse caso, a natalidade se apresenta

³ Para Maria José Cantista (1988-1999), em Hannah Arendt: “Ser e ser *político* identificar-se-ão pelo o que o conceito de cidadania cobrará um relevo e um alcance ontológico considerável (e talvez, discutível, na medida em que ser e ser cidadão parecem, afinal, identificar-se, ou, pelo menos, tender a uma tal identificação). A cidadania é o direito dos direitos: sem ela, o direito à segurança, à liberdade, à preservação da vida, à propriedade, ao bem-estar, à paz de que Arendt se ocupou num comentário aos filósofos dos direitos humanos são palavras vãs. Ontológico, antropológico e político, no contexto arendtiano, são sinônimos” (p. 56-57).

⁴ Sobre o significado dessa amizade analisada por Arendt, comenta Eugênia Sales Wagner (2006): “A amizade (*philia*), que permite aos amigos compreenderem ‘como e em que articulação específica o mundo comum aparece para o outro,’ cria, do ponto de vista político, um espaço de compreensão entre aqueles que aí convivem, ainda que cada um observe o mundo a partir de uma perspectiva diferenciada. Ao desejar tornar amigos os cidadãos da *polis*, Sócrates manifestava convicção de que a humanidade de cada um é expressão do fato de que o mundo é o mesmo mundo para todos, ainda que se abra de um modo diferente para cada cidadão. O que a amizade instaura é a comunidade: indivíduos diferentes tornam-se parceiros iguais. É a amizade, em sentido político, que compreende a *philia politike* aristotélica, que instaura um mundo comum *entre* os cidadãos – o mundo que aproxima e separa os cidadãos.” (p. 30).

como condição de possibilidade de ação política que é provocada pelo *amor mundi*. Adriano Correia (2006) diz que “Hannah Arendt compreendia o político antes de tudo como resultado do amor ao mundo.” (p. 226).

Por essas considerações a respeito do que Francisco Ortega (2003) compreende como pressuposto ontológico da existência do agir, constata-se que a natalidade, em termos arendtianos, enquanto categoria potencialmente política, não é a natalidade concebida no âmbito biológico. Uma interpretação da concepção de natalidade em Hannah Arendt, feita por Jonathan Schell (2002), também adverte sobre esse caráter não-biológico dessa categoria. Schell se refere a uma política da natalidade - *a politics of natality*. Depreende-se daí que a interpretação arendtiana da categoria de natalidade se estende para o território da ação política; portanto, ela não se limita à perspectiva de ordem natural ou biológica. Para uma explicitação do significado político do tema da natalidade, é necessário lançar mão das abordagens feitas pela nossa autora, no que tange ao conjunto dos fundamentos que a faz admitir que a natalidade é uma categoria potencialmente política, bem como as razões apresentadas por ela quando distancia esse tema do seu aspecto meramente biológico.⁵

Para Hannah Arendt (1958), a inserção dos seres humanos no mundo público se realiza por meio do uso da palavra e do

exercício da ação.⁶ Portanto, essa inserção é como um segundo nascimento. Em termos biológicos, não há como existirem dois nascimentos. Nesse sentido, um segundo nascimento só é possível no interior do mundo público. Dito de um outro modo, é na instância do espaço público que ocorre, por meio da palavra e da ação, que acontece uma série de nascimentos contínuos.

De acordo com o comentário de Françoise Collin (1986, p. 56-57), nascer significa aparecer pela primeira vez. Todas as vezes em que aparecemos em público, passamos a fazer parte da coletividade humana. O ato de inserção no coletivo humano é uma lembrança desse ato originário. É devido ao fato de aparecer pela primeira vez que nos tornamos públicos. O ato de nascer é a afirmação da presença de cada um de nós. Nascer é nos afirmarmos como seres falantes, e agentes na coletividade é o *inter-ser*. Devido a esse tipo de entendimento, nota-se que a categoria de natalidade assinalada por Arendt se estende muito além daquilo que se compreende como natalidade natural.

Se o entendimento da concepção natural de natalidade não se enquadra naquilo que Arendt compreende como natalidade política,⁷ nesse caso, somente a natalidade assinalada como categoria política pode explicar a garantia de continuidade da vida em público. O surgimento de uma nova ordem política é compreendido como a realização

⁵ Nesse sentido, percebe-se o quanto é relevante no âmbito do pensamento arendtiano lançar mão de uma filosofia da natalidade. Essa filosofia teria como pressupostos, para a sua elaboração, as experiências do extraordinário, do inusitado e da espontaneidade. Nessa perspectiva, pode-se dizer que ocorre uma aproximação entre Kant e Agostinho, como adverte Arendt (1978): “And had Kant known of Augustine’s philosophy of natality he might have agreed that the freedom of a relatively absolute spontaneity is no more embarrassing to human reason than the fact that men are *born* – newcomers again and again in a world that preceded them in time.” (p. 110).

⁶ Hannah Arendt (1978), em sua obra *The Human Condition*, faz inúmeras referências ao importante papel da fala, da ação em meio à pluralidade. Trata-se de elementos que são vividos no interior da *polis*. Essa referência acontece por meio do recurso arendtiano ao paradigma da antiga *polis* grega. A nossa autora parece não cessar de insistir na articulação entre a fala e a ação voltadas para a pluralidade. Assim, ela se expressa: “A ação e o discurso ocorrem entre os homens, na medida em que eles são dirigidos, e conservam sua capacidade de revelar o agente mesmo quando o seu conteúdo é exclusivamente <<objetivo>>, voltado para o mundo das coisas no qual os homens se movem, mundo este que se interpõe entre eles e do qual procedem seus interesses específicos, objetivos e mundanos. Esses interesses constituem, na acepção mais literal da palavra, algo que *inter-essa*, que está entre as pessoas e que portanto as relaciona e interliga. Quase sempre a ação e o discurso se referem a essa mediação, que varia de grupo para grupo, de sorte que a maior parte das palavras e atos, além de revelar o agente que fala e age, *refere-se* a alguma realidade mundana e objetiva.” (p. 182).

⁷ Sobre alguns pressupostos de uma filosofia da natalidade em Hannah Arendt, ver Bowen-More (1989).

de um segundo nascimento. A esse respeito, adverte-nos Jonathan Schell (2002):

Na medida em que a extinção – o fim não de um indivíduo, mas das espécies – é uma segunda morte que, quando concretamente definido, significa o fim do nascimento, a fundação de uma ordem política que garanta a continuidade da vida seria um verdadeiro “segundo nascimento” – um renascimento – pelo qual esta segunda morte foi derrotada. (p. 461).

Percebe-se que onde existe vida, existe nascimento. Há uma ordem biológica que garante o princípio dos ciclos vitais das espécies que habitam o nosso planeta. A natalidade é uma categoria que não se processa da mesma maneira em todos os seres vivos. A natalidade, uma vez concebida como uma categoria que se situa para além do ato do nascimento biológico, se estabelece por uma concepção de significado político inerente à espécie humana. No ato do nascimento, em sua dimensão biológica, chegamos a este mundo, quando, no momento oportuno, somos levados por um conjunto de contrações a rompermos com os limites da vida intrauterina e, conseqüentemente, somos, então, lançados, por causa dessas contrações, à luz do mundo exterior. Em se tratando de natalidade do ponto de vista de aspectos biológicos, os animais passam a conhecer a luz do mundo pelo ato do nascimento, atividade natural que marca o fim dos laços do filho com a sua antiga morada no útero materno. Mas, em termos arendtianos, ao contrário de alguém que vem a este mundo no momento em que ele rompe com o espaço da vida uterina e passa, então, a vivenciar a luz exterior, nascer significa lan-

çar-se em uma série de ações que são capazes de transformar o mundo. É nesse sentido que, para Hannah Arendt (1958, p. 178), a ação é a efetivação da condição humana da natalidade.

É a partir dessa linha de interpretação adotada por Hannah Arendt que podemos perceber que a natalidade não pode ser considerada como uma categoria que se apoia somente no âmbito do preceito natural.⁸ É por essa razão que o propósito de reforçar o significado de natalidade em termos arendtianos ocorre no âmbito da análise da ação política. Nessa perspectiva, Paul Ricouer, citado por Françoise Collin (1992), escreve:

Este recurso ao tema da natalidade nos confunde mais do que nos ajuda na nossa justificativa da definição proposta em torno do poder. A natalidade, o nascimento, o ser nascido: essas palavras são tiradas do âmbito da biologia, enquanto todo pensamento político é retirado do campo do fenômeno supramente humano. Nesse sentido, sem antecedente político, mesmo a violência é estritamente humana, malgrado essas tenebrosas razões da agressividade. (p. 42-43).

A natalidade é uma condição do homem político, isto é, ela está presente na vida do homem, cuja natureza é potencialmente política (*bios politikos*). Ricouer parece nos apresentar a natalidade como uma condição pré-política, algo que não se distancia da concepção arendtiana da natalidade como categoria potencialmente política. O tema da natalidade em Hannah Arendt possui uma interpretação de caráter político, ou seja, trata-se de um elemento inerente à nossa condição de *homo politikos*. Em se tratando de assuntos políticos, na visão de Arendt, o

⁸ Por não se apoiar somente no âmbito do preceito de ordem natural, a condição humana da natalidade é explorada por Arendt no âmbito de suas análises a respeito da educação. Nesse sentido, a natalidade é uma categoria que se apresenta como essencial para o exercício da educação. Essa concepção se ampara no fato de que é por via da natalidade que novos seres humanos vivem no mundo, sempre velho desde a perspectiva deles. É por isso que a tarefa de educar em termos arendtianos é a de preparar “os novos”, os recém-chegados, para o seu segundo nascimento. Diz a autora: “O que nos diz respeito, e que não podemos delegar às ciências específicas da pedagogia, é a relação entre adultos e crianças em geral, ou, para colocá-los em termos ainda mais gerais e exatos, nossa atitude face ao fato da natalidade: o fato de todos virmos ao mundo ao nascermos e de ser o mundo constantemente renovado mediante o nascimento” (ARENDR, 1997, p. 247). Nesse caso, recomenda-se a leitura do Debate com Mélich e Barcena (2000).

tema da natalidade, na sua dimensão política, aparece como um tema a ser abordado no universo da condição humana.

O sentido da palavra ação

Em termos arendtianos, a ação política é concebida como um novo nascimento. Nascermos quando agimos em conjunto, ou seja, a ação conjunta é um tipo de nascimento político. Todavia, comparada às outras atividades da *vita activa*,⁹ pode-se dizer que a ação é a atividade política por excelência (ARENDR, 1958, p. 9). Percebe-se que se referir à ação é se dirigir ao território da política.

É específico de Hannah Arendt, quando ela aborda determinados temas, utilizar-se de recursos que se voltam para o sentido originário das palavras. A nossa autora faz parte de uma tradição de filósofos que, em suas abordagens, enfatizam as raízes dos conceitos empregados por eles, utilizando-se de significação linguística. Heidegger é um expoente que pertence a esse tipo de tradição filosófica que lança mão desse artifício, ou seja, esse pensador busca na etimologia das palavras os elementos para a interpretação de conceitos.

De acordo com Elizabeth Young-Bruehl (1997, p. 286), Arendt denominou o seu método filosófico de "análise conceitual." Esse método possui a tarefa de descobrir "de onde vêm os conceitos." Ora, um método caracterizado dessa maneira recorre à ajuda da filologia ou da análise linguística para retrazar o caminho dos conceitos políticos, dirigindo-se até as experiências históricas concretas e políticas. Esse tipo de caminho que a nossa autora se propôs a percorrer era no sentido de buscar a origem dos conceitos dessas experiências históricas e políticas concretas. Nessa investida, Arendt se apre-

sentia como capaz de avaliar a que ponto um conceito se afastava de suas origens, como também de mapear a variedade de conceitos através do tempo, que, conseqüentemente, marcaram pontos de confusão linguística e conceitual.

Hannah Arendt apresenta o sentido original da palavra ação, apoiando-se em um recurso que se faz a partir das tradições linguísticas grega e romana. Ela nos situa no âmbito de um tipo de pensar e traduzir palavras que certamente não nos faz perder de vista os significados construídos dentro dos contextos das tradições grega e romana. As experiências dos mundos grego e romano da Antiguidade são impregnadas de relevância devido ao fato de se constituírem como pilares da cultura que envolve a História do pensamento ocidental. Daí, a pertinência deste tipo de recurso adotado por Hannah Arendt: recorrer ao sentido original do significado das palavras não deixa de ser um instrumento capaz de possibilitar o resgate de algo perdido no desenrolar dos acontecimentos que envolvem os processos históricos. Esse tipo de resgate revela a importância dada por Hannah Arendt ao recurso do sentido do verbo agir em suas origens etimológicas.

Para Hannah Arendt (1993, p. 122), o verbo agir, no seu sentido mais geral, significa tomar iniciativa, isto é, iniciar. O termo iniciar é indicado pela palavra de origem grega denominada *archein*, que é o mesmo que começo ou ser o primeiro. Dito de um outro modo, para a autora, o termo grego *archein* significa iniciar e comandar, isto é, ser livre. O verbo grego *archein* é correlato ao verbo *prattein*, que significa atravessar, realizar e acabar. Diferentemente das línguas modernas, o latim e o grego concebem às palavras *archein* e *prattein* a mesma correlação no que se refere à designação do

⁹ A ação necessita situar-se no domínio dos assuntos humanos. Em *The Human Condition* (1958), esse propósito de Arendt é assinalado com ênfase, como diz Adriano Correia (2006): "Pensar o que estamos fazendo é, antes de tudo, considerar as implicações das transformações operadas no domínio dos negócios humanos e da vitória do *animal laborans* para a compreensão da vida desejável e para o domínio político. Em vista disto, Arendt examina as condições da vida humana sobre a Terra, a distinção entre a esfera pública e privada, o referencial da *polis*; no mesmo sentido, busca elucidar o significado do trabalho, da obra e da ação, e as transformações operadas nestas capacidades humanas mais gerais, assim como na sua disposição hierárquica." (p. 335).

verbo agir, embora sejam palavras diferentes. Esses dois verbos gregos correspondem a dois verbos latinos: *agere* (pôr em movimento, guiar) e *gerere*, que significa conduzir. Arendt (1958, p. 189) assinala que o uso desses dois verbos é para demonstrar que a divisão da ação se dá em duas partes: o começo, que é feito por uma só pessoa, e a realização, à qual muitos aderem para conduzir, acabar e levar a cabo o empreendimento. Por essa forma de entendimento, *prattein* e *gerere* passam a designar a ação em geral. Ambos os verbos revelam a necessidade do agir humano voltado à perspectiva do começo.

Percebe-se que, no que diz respeito ao recurso arendtiano relativo à noção grega do termo agir, nos é apresentado o sentido do agir humano como começo. Por esse ângulo, compreende-se que o agir é um tema amparado na tradição linguística grega e significa tomada de iniciativa. Agir significa algo voltado para a instauração do novo, isto é, sua tarefa consiste em criar novidades em um mundo considerado por Hannah Arendt (1993, p. 141) como o *habitat* natural da espécie humana. O recurso assumido por Hannah Arendt, pelo viés da tradição grega, demonstra que se trata de uma investigação em que se aplica ao termo iniciar uma configuração política em seu conteúdo. Tal recurso considera que a política, a partir da concepção assumida por Hannah Arendt, pode ser somente fruto da ação humana, diferentemente de qualquer outra espécie que habita o planeta Terra.

Arendt diz que, em alguns casos, o termo agir possui o significado de “governar,” que, em outras palavras, pode ser descrito como algo capaz de imprimir movimento a alguma coisa. Nesse sentido, agir assemelha-se ao significado original vindo da tradição romana. Vinculado à tradição da antiga Roma, o significado do agir ampara-se no termo latino *agere* (ARENDR, 1958, p. 177). Evidencia-se que esse recurso utilizado ao termo latino sobre o significado do agir humano comporta o sentido da ação sob o ponto de vista do ato entendido como movimento. O termo latino *agere*, entendido como movimento, tem o mesmo significado de desencadea-

mento de um processo (ARENDR, 1993, p. 122). *Agere*, então compreendido como um termo originalmente de língua latina, é um verbo de tradição romana, cujo conteúdo se pauta no ato de movimentar. Partindo desse ponto de vista, evidencia-se que o sentido da palavra ação encontra-se relacionado à atitude de provocar movimento a alguma coisa e que, portanto, é algo típico do comportamento daqueles que possuem a tarefa de governar e daqueles que se dispõem a discutir e a deliberar no âmbito do espaço público. Um dos resultados que se pode obter dessa análise feita por Hannah Arendt é que se torna pertinente empregar o termo latino *agere*, adaptando-o ao exercício de movimentar, quando se trata de funções relativas a algum tipo de exercício relacionado a diferentes formas de governo e a diferentes formas de participação política.

Considerando a ação humana inerente às várias formas de participação política, pode-se dizer que ela é uma atividade que se funda na capacidade de transformar o mundo. Nessa investida, a ação, enquanto atividade de potencialidade política inerente à nossa condição humana, apresenta-se como capaz de trazer ao mundo uma *novus ordo saeculorum*, ou seja, ela possui o papel de mudar a ordem das coisas do mundo.

Concepção agostiniana de natalidade

Agostinho é o autor a quem Hannah Arendt se dirige para buscar uma referência centrada na tópica da natalidade. Por um lado, Arendt discorda de Aristóteles quanto à sua crença de que o homem é naturalmente político; por outro, ela se filia à concepção agostiniana de que existe um potencial antropológico e ontológico do homem, que revela a sua capacidade contínua para o começo. A expressão “*Initium ergo ut esset, creatus est homo, ante quem nulhus fuit*”, por constituir-se como uma frase central no que tange à filosofia política voltada para a categoria da natalidade, estabeleceu-se como um recurso utilizado por Hannah Arendt para demonstrar a dimensão política da filosofia do bispo de Hipona. Quando

Arendt se refere a essa expressão utilizada por Agostinho, ela quer considerar que se trata de uma frase composta de um conteúdo que se estabelece como base de sua concepção de ação, que é norteadada pela natalidade então compreendida como categoria de significado político. Isso se evidencia quando a nossa autora traduz a expressão latina e completa:

portanto, o homem foi criado para que houvesse um começo, e antes dele ninguém existia, diz Agostinho na sua filosofia política. (ARENDR, 1958, p. 177).

Sobre isso, comenta Young-Bruehl (1997):

A preocupação de Hannah Arendt com a natalidade, que é igual e quase sempre maior que sua preocupação com a mortalidade, emergiu em seu estudo sobre Santo Agostinho, mas foi rapidamente trazida para o centro de seu pensamento por suas experiências políticas. (p. 431).

Nota-se que a nossa preocupação é explicitar o conteúdo político adotado pela autora na reinterpretação que ela faz da filosofia de Agostinho, principalmente no que diz respeito a essa expressão agostiniana que acabamos de mencionar. Filosofia essa que se constrói a partir do ponto de vista da dimensão política do conceito agostiniano de natalidade. É entendendo dessa maneira que podemos dizer que o ponto inicial da concepção arendtiana de natalidade política se faz por meio da referência pautada na visão que Agostinho¹⁰ possui a respeito daquilo que ele apresenta como conceito de natalidade. Arendt diz que, para Agostinho, antes que o homem fosse criado, não existia no mundo alguém que assumisse a responsabilidade pelo ato de iniciar.¹¹

Embora o movimento das leis da natureza traga novidades, somente o homem é capaz de abrir-se ao novo, ao contingente, e de recriar a responsabilidade pelo mundo. Arendt (1958) interpreta Agostinho no sentido de que ele assinalava que, enquanto iniciador, não havia ninguém no mundo que cumprisse esse papel antes que o homem fosse criado. Ela diz que "este início não é como o mesmo início do mundo, não é o início de uma coisa, mas de alguém que é iniciador de si mesmo." (p. 177). Essa assertiva arendtiana coaduna com o comentário de Leonardo Avritzer (2006) de que "o conceito de natalidade, na sua dimensão privada, expressa o fato de que cada novo nascimento define a condição humana enquanto realidade única" (p. 161-162). Considerando que, na medida em que cada novo nascimento se estabelece como único, esse nascimento é também um novo começo. Essa dimensão da filosofia de Agostinho, assumida pelo pensamento de Arendt, revela a expressão da ideia de indeterminação da trajetória humana no domínio privado (AVRITZER, 2006, p. 160-161). Se muitas coisas que fazem parte desse mundo já existiam nele antes da chegada do homem, a interpretação da perspectiva agostiniana, adotada por Hannah Arendt (1958, p. 177), ampara-se na assertiva de que somente com a criação do homem o *initium* se estabeleceu. Com o aparecimento do homem na face da Terra, foi inaugurada a possibilidade de criação daquilo que é o próprio início, isto é, o homem é o começo por excelência. O homem é o começo necessário ao mundo, para que as coisas que compõem este mundo sejam por ele modificadas. Nesse sentido, Arendt adverte que o homem possui o preceito de início, que também pode ser

¹⁰ De acordo com François Collin (1986): "La réflexion d'Hannah Arendt sur la naissance, qui court à travers toute son oeuvre et s'appuie sur la lecture de textes de saint Augustin, est parallèle à sa réflexion sur la fondation politique." (p. 57).

¹¹ Em termos da relação entre criador e criatura, remontando a Agostinho, diz que a criatura é apenas aquilo que é enquanto ente que veio por meio da existência. A estrutura do Ser da criatura é a de dever (*fieri*) e a de mudar (*mutari*). Já o criador é um ser absoluto, por isso é aquele que por questão de princípio está antes de qualquer coisa (*ante omnia*). No caso da criatura, existe a característica da natalidade, algo que lhe é inerente, porque o ante-criatura por meio dela possui um modo de ser que lhe é específico. Enquanto há a mutabilidade da criatura, o criador permanece o mesmo, independentemente daquilo que ele cria. Para o criador, não há tempo no sentido daquilo que podemos compreender como extensão (ARENDR, 1997, p. 70-71).

chamado de liberdade. Evidencia-se que, à luz da perspectiva dessa análise arendtiana, o homem surge no mundo simultaneamente à capacidade que ele próprio possui de tomar iniciativas, que certamente nunca ocorreram antes. Esse preceito humano é, para Arendt (1958), “somente uma outra maneira de dizer que o preceito de liberdade foi criado ao mesmo tempo, e não antes do homem.” (p. 177).

Percebe-se que Arendt, no tratamento do sentido político da categoria da natalidade, se ampara notadamente no legado agostiniano. A preocupação da obra de Agostinho é a fundamentação cristã da busca da verdade que o inquietava. Mas o que fez Arendt foi se apropriar da concepção do homem enquanto começo para, então, transportá-la para o campo da política. É interessante ressaltar que, nas análises arendtianas em torno da faculdade da vontade, a autora provoca uma comparação de Agostinho com Kant no que tange à categoria da natalidade. Para Hannah Arendt (1978):

[...] se Santo Agostinho tivesse levado essas especulações às suas consequências, teria definido os homens não à maneira dos gregos, como mortais, mas como ‘natais’, e teria definido a liberdade da Vontade não como *liberum arbitrium*, a escolha livre entre querer e não querer, mas como liberdade de que Kant fala na *Crítica da razão pura*. (p. 109).

Considerações Finais

Em nossa *démarche* argumentativa no que diz respeito ao sentido político da natalidade, vimos que ela é uma categoria em cuja raiz se sustenta a ação humana e o discurso. Ao longo de nossa exposição, foi ficando cada vez mais claro o quanto a categoria da natalidade é apresentada por Hannah Arendt como a capacidade inerente à condição humana. É por causa dessa categoria que, ao contrário dos animais, o homem não nasce somente para a vida biológica, pois o nascer biológico é inerente a todos os seres animados do planeta, enquanto o nascer político é uma condição somente dos seres humanos.

Constata-se que o homem não nasce político, mas em condições de potencialidades políticas, pois ele se torna político no *inter homines esse* que forma uma teia de relações. É em meio a essa teia de relações que o falar e o agir em conjunto assinalam a responsabilidade do homem pelo mundo em que ele habita. O fato de nascermos seres humanos demonstra o caráter ontológico e antropológico da natalidade, bem como a potencialidade política que existe nessa categoria, a ponto de ela poder se efetivar por meio da ação. Enquanto nos colocamos como homens que se lançam no mundo político, efetivamos por meio da ação um segundo nascimento. Daí, o segundo nascimento do homem ser a efetivação da sua ação política que ocorre quando o mesmo concretiza a sua capacidade de criar novos corpos políticos.

Na perspectiva arendtiana, Agostinho nos conduz por um fio pelo qual o homem é visto como um ser capaz de voltar-se para a ação política. Visto por esse ângulo, o homem é concebido como fator de iniciação política em um mundo para o qual ele foi criado. Para Agostinho, o homem é condicionalmente responsável pelo ato de iniciar algo neste mundo. O homem, por causa dessa sua tarefa de dar início a algo antes nunca existido, sob esse ponto de vista, possui a responsabilidade de tornar tangível o começo de novas realidades neste mundo no qual habitamos.

Referências Bibliográficas

a) Fontes primárias

ARENDDT, Hannah. *The human condition*. Chicago, Univ. of Chicago Press, 1958. Ed. Alemã: *Vita Activa oder von tätigen Leben*, Stuttgart, Kohlhammer, 1960. Tradução Francesa por Dr. George Fradier: *La condition de l'homme moderne*. Paris: Calmann-Lévy, 1961 (Reedição em 1983 com Prefácio de Paul Ricoeur).

_____. *The life of the mind*. New York: Harcourt, 1978.

_____. *Da Revolução*. São Paulo: Ática; Brasília: Ed. da UnB, 1990.

_____. *A vida do espírito*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1992.

_____. *A dignidade da política*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1993.

_____. *O conceito de amor em Santo Agostinho: ensaio de interpretação filosófica*. Tradução Alberto Pereira Dinis. Lisboa: Instituto Piaget, 1997.

_____. *Entre o passado e o futuro*. São Paulo: Perspectiva, 1997.

_____. *O que é política?* Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

_____. *A condição humana*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1999.

b) Fontes secundárias

ABENSOUR, Miguel. *Hannah Arendt contre la philosophie politique*. Paris: Sens et Tonka, 2006.

AVITRIZER, Leonardo. Ação, Fundação e Autoridade em Hannah Arendt. *Lua Nova*, São Paulo, v. 68, p. 147-167, 2006.

BÁRCENA, F; MÈLICH, J. C. *La educación como acontecimiento ético: natalidad, narración y hospitalidad*. Barcelona: Paidós, 2000.

BOWEN-MORE, Patrícia. *Hannah Arendt's philosophy of natality*. New York: St Martin's Press, 1989.

COLLIN, Françoise. Du prive et du public. *Les cahiers du Grif Tierce*. Paris, n. 33, p. 47-68, 1986.

_____. Agir et donné. Hannah Arendt et la modernité. *Annals de l'institut de philosophie et de sciences morales*, Paris, p. 27- 46, 1992.

CANTISTA, O político e o filosófico no pensamento de Hannah Arendt. *Revista da Faculdade de Letras, Filosofia da Universidade do Porto*. Porto: 15-16 série 2, p. 56-57, 1988-1989.

CORREIA, Adriano. O significado político da natalidade – considerações sobre Hannah Arendt e Jürgen Habermas. In: Adriano CORREIA (Org.). *Hannah Arendt e a condição humana*, Salvador: Quarteto, 2006, p. 225- 236.

LAPLANTINE, François. *Aprender Antropologia*. São Paulo: Brasiliense, 2006.

ORTEGA, Francisco. Amizade em Tempos Sombrios. In: PEREIRA, Miguel (Org.). *Mulheres de palavra, ação e reflexão*, Rio de Janeiro: PUC, 2003, p. 21-41.

SCHELL, Jonathan. Politics of Natality. Hannah Arendt's Origins of Totalitarianism: Fifty Years Later. *Social Research*, v. 69, n. 2, p. 461-473, 2002.

WAGNER, Eugênia Sales. *Hannah Arendt: Ética e Política*. Cotia: Ateliê, 2006.

YOUNG-BRUEHL, Elisabeth. *Hannah Arendt: por amor ao mundo*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1997.